

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSELHO REGOINAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO CEARÁ – CRMV-CE.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2023

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO _____

A Empresa C R E SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.727.415/0001-83, com sede social na Rua Bacharel Wilson Flávio Moreira Coutinho, n.º 264, Jardim Cidade Universitária, CEP 58.052-510, João Pessoa/PB, vem a presença de Vossa Senhoria, apresentar:

CONTRARRAZÃO

em face dos recursos apresentados, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos abaixo declinados:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente se faz oportuno chamar a atenção para o prazo de propositura da peça de Contrarrazão, o Licitante possui o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar razões em sede Administrativa contados da ciência da decisão que resolveu classificar essa empresa.

Em assim sendo, a presente Razão Administrativa se encontra devidamente TEMPESTIVO.

II – DOS FATOS:

Trata-se de certame público, pregão eletrônico do órgão supramencionado. De antemão, informamos que os fatos podem ser encontrados na ata do certame com todos os links de diligências, sendo assim, os fatos aqui, ora narrados, foram extraídos do mesmo.

Deu-se início no dia 04 de julho de 2023, abrindo-se o certame para fase de lance.

Pós fase de lance, como todo procedimento licitatório, fora chamada as empresas em fase classificatória, desclassificando aquelas que não comprovava os valores ofertados.

No dia 11 de julho de 2023, foi chamado essa empresa para apresentar sua proposta e comprovação do FAP: vejamos:

Para C R E SERVICOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - Em razão do disposto no art. 38 do decreto 10.024/2019 e também no item 8.29 do edital, solicito que verifique a possibilidade de reduzir o valor da sua proposta.

Informo que a proposta ajustada ao lance final deverá ser inserida no sistema COMPRASNET em um único arquivo. Os arquivos suportados pelo sistema são: PDF, ZIP ou RAR.

O prazo para envio da proposta ajustada é de até 3(três) horas, contado da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema Comprasnet.

A proposta ajustada deverá vir acompanhada da Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo conter ainda a MEMÓRIA DE CÁLCULO e a GFIP, conforme itens 9.3.1 e 9.3.2 do Edital.

Se a memória de cálculo ou o documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da licitante não forem enviados concomitantemente à proposta, o Pregoeiro poderá fixar prazo para a sua apresentação, conforme item 9.3.2.1 do Edital.

Essa empresa cumpriu as primeiras exigências, em tempo hábil. Após o envio, prosseguiu o certame.

No dia seguinte, com o retorno do certame, nos fora solicitados as seguintes alterações, vejamos:

Para C R E SERVICOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - Após análise da documentação anexada, não foi apresentado o detalhamento da planilha de custos e formação de Preços, conforme preconiza a instrução normativa nº 05/2017; em conformidade com o item 9.3.1 do Edital.

Em conformidade com o item 9.3.2.1 - Se a memória de cálculo ou o documento a comprovar o da licitante não forem enviados concomitantemente à proposta, o Pregoeiro poderá fixar prazo para a sua apresentação. No caso a proposta ajustada foi anexada sem a "memória de cálculo detalhada", conforme podemos visualizar no sistema Comprasnet.

Como resposta, priorizando o princípio da celeridade, apresentamos a seguinte resposta, vejamos:

Sr.(a) Pregoeiro(a), bom dia. O Sr(a) analisou a planilha da metodologia e fórmulas, base de cálculo anexados junto a planilha? Lá inserimos todas as fórmulas de cada rubricas. Além disso, anexamos a base de lei e entendimento do TCU Tribunal de Contas da União. Ou seja, consta o memorial de cálculo com as devidas fórmulas.

No entanto, mesmo tendo enviado as exigências requeridas, cumprimos aquilo que fora solicitado.

Ainda no mesmo dia, 12 de julho de 2023, fora requerido as seguintes diligências, vejamos:

Para C R E SERVICOS E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - Todavia, analisando as planilhas, em virtude de um erro de preenchimento de planilha, quanto a informação da descrição do cargo, onde ambas as planilhas consta o seguinte texto: "POSTO DE MERENDEIRO". Sendo assim, como a juntada do referido documento ocorreu dentro do prazo tempestivamente, solicito a correção da descrição correta dos cargos, continua individualmente, de acordo com o item 1 do Edital.

Diante das diligências, mais uma vez foi cumprida tal exigência.

No dia seguinte, com o retorno, fora requerida, através da assessoria contábil, as seguintes diligências, vejamos:

A assessoria contábil do CRMV-CE, após análise, sugeriu que a empresa C R E Serviços e Representação Comercial Ltda, apresente nova planilha de custos e formação de preços com as devidas correções para nova avaliação.

Após a análise da Planilha de Custos e Formação de Preços, para o posto de 44 (Quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, constato o que segue:

Módulo 2- Submodulo 2.2:

Conforme a Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte ontantes Delo Simnles Nacional enquadradas nos Anexos IV, ficam dispensadas do pagamento das contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo

240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomas, tradicionalmente tratadas como contribuições para terceiros.

Enquadram-se, as contribuições ao Salário-Educação, INCRA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR SEST, SENAT e SESCOOP.

Módulo 2 – Submódulo 2.3:

O desconto do vale alimentação conforme a Convenção Coletiva 2023/2024 - CE000508/2023: PARÁGRAFO DÉCIMO – Os empregados autorizam o desconto em folha de 1% (um por cento) do valor total dos vales, cartões ou refeições recebidas. O cálculo realizado pela Empresa foi com um desconto de 10%, conforme memória de cálculo.

Módulo 4 – Submódulo 4.1:

O item A Substituto na cobertura das férias: esse campo está zerado, sugiro ser previsto custo para esse tipo de substituição.

Planilha de Custo Cálculo para prestação de serviços de Recepçionsista:

O valor do salário-base Módulo 1, item A, não está conforme a Convenção Coletiva 2023/2024 - CE000508/2023 file:///C:/Users/Debora/Downloads/14-07-2023---08-11---Parecer-Contabil-n-03-2023-PE-01-2023%20(4).pdf

Senhores, em sede de diligência, mais uma vez essa empresa cumpriu com aquilo que foi requisitado.

Após o envio, houve o encerramento da sessão com o retorno para o dia 14 de julho de 2023. Sendo assim, na data estipulada, houve o retorno com as seguintes diligências, vejamos:

A assessoria contábil do CRMV-CE, após análise, sugeriu que a empresa C R E Serviços e Representação Comercial Ltda, apresente nova planilha de custos e formação de preços com as devidas correções para nova avaliação.

Após a análise da Planilha de Custos e Formação de Preços, para o posto de 44 (Quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, constato o que segue:

Módulo 2- Submódulo 2.1, item C:

A Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre o 13º salário e Férias está com o valor a maior.

A soma do percentual dos 13º salários mais férias é de 20,43% (soma dos itens A e B do Submódulo 2.1).

Utilizando o percentual descrito no Submódulo 2.2 "Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições" que é de 29,50%, o valor do percentual do item C do submódulo 2.1 item C (Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre o 13º salário e Férias) deverá ser de 6,03%.

Atesto que os demais cálculos, contemplados no Anexo II, estão em conformidade com a legislação vigente.

Considerando o achado acima, solicito que seja corrigido ou justificado para uma nova conferência.

file:///C:/Users/Debora/Downloads/17-07-2023---09-04---Parecer-Contbil-04-2023-PE-01-2023-%20(2).pdf

Por fim, mais uma vez fora cumprindo.

Posteriormente, mais uma vez, após o retorno, um fato anormal aconteceu, vejamos:

Durante a conferência da documentação de habilitação, um fato que causou estranheza foi a "situação cadastral" no Cartão Nacional da Pessoa Jurídica da empresa que emitiu o Atestado de Capacidade Técnica.

Esclareço que as informações foram retiradas no site da Receita Federal do Brasil.

Em prosseguimento ao PE nº 01/2023 do CRMV-CE e em razão dessa incerteza, do atestado de capacidade apresentado pela C R E SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.

O Atestado de Capacidade Técnica é o documento conferido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado para comprovar o desempenho de determinadas atividades. Com base nesse documento, o contratante deve-se certificar que o licitante determinado, bem serviço ou obra com as características desejadas.

Quanto a esses apontamentos, apresentamos esclarecimentos que foi enviado via chat em sede de diligência, assim como outros documentos de comprovação de habilitação, cumprindo as diligências.

Para isso, foi o parecer da própria comissão. Vejamos:

Atesto que os cálculos apresentados estão em conformidade com a legislação vigente.

Sem mais.

file:///C:/Users/Debora/Downloads/17-07-2023---16-36---Parecer-Contbil-05-2023-PE-01-2023.pdf

São os breve síntese dos fatos.

III – DA HABILITAÇÃO – CONTRARGUMENTOS

III.I – DAS DIVERSAS EXIGÊNCIAS EM SEDE DE DILIGÊNCIA

Douto julgar, ao apresentarmos contrarrazões para o presente recurso, nos causa espanto que o recorrente apenas trouxe alegações do que fora mencionado no chat, no andamento do certame, não trouxe novos elementos ou apontamentos relevantes.

Não obstante, cumpre primeiramente informar, que o recurso de ambos o recorrentes não deveriam ao menos serem julgados, uma vez que apresentaram intenção de recurso de forma infundada e sem trazer fatos para tal, vejamos o que diz o edital:

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer por quais motivos, em campo próprio do sistema.

O edital é claro quanto a motivação dos recursos, devendo ter uma base fundamental para motivação em sede recursal e não trazendo meros dizeres vagos, infundados e superficiais como foi o caso, vejamos:

01.182.827/0001-26

Motivo Intenção: A empresa SERCON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA vem através deste registrar intenção de recurso contra a empresa CRE com relação a erros em sua qualificação técnica.

Senhor julgador, esse tipo de manifestação é totalmente superficial, infundada e sem pontos para alegações, trazendo apenas informações que foram lançadas via chat e ali mesmo explicadas. Contudo, essa empresa presa pelo julgamento dessa autoridade, sendo assim, passemos aos pontos.

Pois bem, alega a recorrente que a empresa apresentou documentos que necessitam de investigação, vejamos os argumentos:

Haja vista que a empresa vencedora apresentou alguns atestados que merecem ser investigados.

A empresa CRE SERVIÇOS apresentou um atestado de capacidade técnica no qual prestou serviços de 01/11/2019 a 02/05/2023 a ELETROTERMICA ELETRICIDADE TELECOMUNICAÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA, porém a declarante do atestado apresenta CNPJ inapto desde 26/01/2022 consultando seu cartão de CNPJ no site da Receita Federal.

Causa uma certa estranheza uma empresa que está inapta desde 26/01/2022 e fornecer um atestado esse ano na data de 22 de junho de 2023.

Pelos motivos seria cabível a realização de diligência para aclarar o fato, como por exemplo a solicitação de apresentação das gfijs do período referente a este contrato.

Interessante os argumentos trazidos pelo recorrente, no entanto, acreditamos que esse não acompanhou o andamento do certame, uma vez que apresentamos esclarecimentos quanto ao atestado fornecido por nosso contratante.

Ora, cumpre destacar que nossa empresa desconhece a administração de nossos contratantes. Também nos causou estranheza quanto consulta por meio da internet de sua (ir)regularidade, porém não nos cabe a administração e o modo de operação de nossos contratantes.

Não obstante, como informado outrora, nossa relação é de contratante e contratado. Dessa forma, prestamos serviços desde 2019 aos nossos contratantes, desconhecendo qualquer andamento da empresa no que diz respeito a sua gerência, inclusive, nosso tratado de pagamento se dá por meio de recibos, por exigência daquele.

Desta feita, em razão de problemas, sejam eles trabalhistas, gerenciais, fiscais e/ou tributários não nos cabe conhecer tais fatos, com a devida vênia. Diante disso, estaremos anexando documentos comprobatórios que dizem respeito a forma de pagamento entre essas empresas, em razão de cumprimento em sede de diligências.

Não obstante, em sede de inúmeras diligências feita a essa empresa, sendo TODAS essas cumpridas tempestivamente, é imprescindível salientar que o entendimento dos órgãos superiores quando a requerimentos de notas fiscais, tratam-se de exigência indevida, vejamos o voto do Ilustríssimo Relator Bejamin Zymler:

"É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 944/2013-Plenário. Data da sessão: 17/04/2013. Data da sessão: 17/04/2013. Relator: Benjamin Zymler)."

Diante desse julgado e em sede de diligências, encaminhadas a essa empresa, fora cumprida todas, por meio de documentos de comprovações na diligência de nº 07, realizada por essa empresa.

Outrossim, é o entendimento desse estimado órgão no parecer de nº 06, no que diz respeito a nota de parecer jurídico anexado ao sistema.

Contudo é adequada a diligência efetuada para esclarecimento de atestado de capacidade técnica. O que se não pode admitir é a inabilitação imediata da licitante sem oportunizar o saneamento do vício por mera diligência.

file:///C:/Users/Debora/Downloads/19-07-2023---08-46---Parecer-Juridico-n-53-2023-PE-01-2023.pdf

Diante desses fatos trazidos pela recorrente, não merece prosperar os argumentos, por se tratar de mero direito de petição, ao mesmo tempo que se trata de recurso infundado, pois não trazem alegações substanciais, com algum ponto de clarezas ou alegações verídicas, senão achismo.

III.III - DO "EXCESSO DE FORMALISMO":

Senhor Pregoeiro, ainda em razão de nossa defesa, quanto aos fatos apresentados pelo recorrente, é de causar espanto esse apontamento, não merece prosperar, com data vênia, uma vez que esse apresentou fatos sobre o formalismo cometido em âmbito licitatório.

Ora, sabemos que realmente nos fora solicitado inúmeras diligências, de fato, achamos que houve formalismo exacerbado, no entanto, todas essas foram cumpridas por essa empresa, então quem deveria trazer esse fato de formalismo seria nossa empresa e não o recorrente.

Bem se sabe que a administração está vinculada aos ditames do procedimento licitatório, bem como outros princípios que regem o meio público, devendo obediência ao princípio da legalidade e da estrita vinculação ao edital, conforme preconiza os artigos 3 e 41 da lei 8.666/93 e o artigo 5 da nova lei de licitações, a 14.333 de 2021.

Cumpramos salientar que as inúmeras diligências fora para cumprir e analisar a documentação dessa empresa, sendo todas seguidas. De fato houve excesso de formalismo, mas essa empresa não traz como algo negativo uma vez que cabe a administração pública realizar diligências, vejamos o que diz a legislação:

Diligência (lei 8666/93)

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Nova Lei Federal 14.133/2023

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Não apenas esses fatos mencionados, de acordo com a positividade da lei, mencionamos também entendimento recentes do Tribunal de Contas da União que diz ser possível a complementação de documentação posterior desde que ateste condição preexistente não altere a substância da proposta, a saber:

Acórdão 988/2022 - TCU - Plenário. Data da sessão: 04/05/2022. Relator: Ministro Antonio Anastasia:

"(..) nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999"

Diante disso, na prática, em se tratando de formalismo, apontado pelo recorrente, cabe o fundamento de decisões no princípio da razoabilidade, que vem, habitualmente, associado à rejeição ao excesso de formalismo, quando do julgamento de documentos de habilitação ou de propostas técnicas ou comerciais apresentadas por licitantes.

O excesso de formalismo, com efeito, não deve permear as ações dos agentes públicos na execução das licitações. A doutrina e a jurisprudência repudiam o rigorismo formal e homenageiam as decisões administrativas que, a bem dos demais princípios regentes da Administração Pública, afastam a inabilitação e a desclassificação de concorrentes por fatos irrelevantes, que não afetam a objetividade e a efetividade de suas propostas perante o Poder Público e nem os põem em posição vantajosa em relação aos demais participantes.

Ocorre excesso de formalismo capaz de atrair a incidência do princípio da razoabilidade, quando uma concorrente é desclassificada por uma mera irregularidade formal, que não lhe traz qualquer vantagem, não redundando em prejuízo ao direito subjetivo dos demais licitantes, nem afeta a objetividade do julgamento da proposta deficiente e muito mesmo retira a efetividade de suas condições perante a Administração.

Data máxima vênia, resta mais que demonstrado, que as razões trazidas pelos licitantes não merecem prosperar, uma vez que são fatos esdrúxulos e rasos, não comportando de fatos substanciais.

IV – PEDIDOS:

Ante o exposto, REQUER:

- a) Em primeiro plano, que seja acolhida a preliminar arguida, com base no princípio da razoabilidade, para que a presente CONTRARRAZÃO seja recebida em todos os efeitos;
- b) Que seja indeferida as razões ora apresentadas, por não seguir os ditames do edital, quando traz alegações infundadas para intencionar recurso;
- c) Não sendo o caso, que seja indeferida no mérito, por trazer alegações que foram explicadas durante a fase habilitatória e não trazendo fatos novos;
- d) Isto posto, requer-se seja mantida a decisão que houve por bem declarar essa empresa habilitada no certame, por atender expressamente as exigências do edital e da legislação, em atendimento ao disposto no artigo 3º da Lei Federal n.º 8.666/93.
- e) Sejam providas, em todos os seus termos, a presente contrarrazão, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2023.

C R E SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI
CNPJ/MF sob o n.º 34.727.415/0001-83

Voltar **Fechar**